

"Ele recusou por ser Pernambucano e não estar acostumado a receber recompensas para esse fim, nem para votar em eleições": Trajetórias e conexões periféricas (PE e RS - século XIX)

"He refused for being Pernambucano and not being accustomed to receiving rewards for that purpose, nor to vote in elections": Trajectories and peripheral connections (PE and RS - XIX century)

Paulo Roberto Staudt Moreira¹
moreirast@terra.com.br

Resumo: A proposta do presente texto é explorar as inter-relações existentes entre duas regiões *periféricas* - Pernambuco e Rio Grande do Sul, tangenciando as possibilidades analíticas de compreendê-las enquanto partes constituintes da história nacional. Nos últimos anos percebemos um esforço considerável dos historiadores em densificar os circuitos mercantis interprovinciais, mas geralmente isso é feito em benefício das praças do Rio de Janeiro. Pesquisas recentes, entretanto, têm destacado o comércio direto entre estas duas províncias, sem mediações.

Palavras-chave: Abolicionismo, escravidão, comércio

Abstract: The purpose of this text is to explore the interrelations between two peripheral regions - Pernambuco and Rio Grande do Sul, tangent to the analytical possibilities of understanding them as constituent parts of the national history. In recent years, we noticed a considerable effort of historians to densify the inter-market circuits, but usually this is done for the benefit of the squares of Rio de Janeiro. Recent researches, however, has highlighted the direct trade between these two provinces, unmediated.

Keywords: Abolitionism, slavery, trade

¹ Professor adjunto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq - Nível 2. Das suas obras destacam-se: *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. 1ª ed., Porto Alegre: Edições EST, 2003, e *Entre o deboche e a rapina: os cenários sociais da criminalidade popular* (Porto Alegre - século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

Entre outubro de 1881 e fevereiro de 1882 funcionou, no Campo do Bomfim, em Porto Alegre, a Exposição Brasileira-Alemã. Esta exposição, uma das maiores do gênero, foi projetada pela filial local da Associação Central de Geografia Comercial em Berlim e recebeu dos cofres provinciais o auxílio de 40 contos de réis. Esta exposição foi presidida pelo político Karl von Koseritz e segundo o presidente da província foi frequentada por 10.000 pessoas no primeiro mês, 6.000 no seguinte e 4.000 no mês de Dezembro. O Presidente da Província Francisco de Carvalho Soares Brandão atribuía a diminuição de público ao "mau tempo que tem reinado, o qual tem impedido a freqüência, principalmente nos domingos e dias santos, quando aliás mais deveria ela afluir", e informa que "nesta exposição foram representadas pelos seus produtos as seguintes províncias: Pernambuco, São Paulo, Alagoas, Santa Catharina, Paraná e Minas Gerais".²

A presença dos produtos pernambucanos nesta exposição internacional não era à toa e nem chamava a atenção dos contemporâneos. Pernambuco e o Rio Grande do Sul possuíam uma antiga relação comercial, através da qual se intercambiavam produtos, hábitos, experiências. A proposta do presente texto é explorar as inter-relações existentes entre estas duas regiões *periféricas* - Pernambuco e Rio Grande do Sul, tangenciando as possibilidades analíticas de compreendê-las enquanto partes constituintes da história nacional. Nos últimos anos percebemos um esforço considerável dos historiadores em densificar os circuitos mercantis interprovinciais, mas geralmente isso é feito em benefício da

² Relatório com que o Presidente da Província Francisco de Carvalho Soares Brandão, entregou a administração da Província do Rio Grande do Sul à Sua. Exa. o Sr. Dr. Vice-Presidente Joaquim Pedro Soares, em 14 de Janeiro de 1882. Porto Alegre, Tipografia do Comércio, Praça da Alfândega, n.º 3, 1882.

praça do Rio de Janeiro. Pesquisas recentes, entretanto, têm destacado o comércio direto entre estas duas províncias, sem mediações.

A importância da praça de Recife para o abastecimento do Rio Grande do Sul de braços escravos (africanos e crioulos) já foi demonstrado por alguns pesquisadores. O Rio Grande do Sul, através do porto atlântico de Rio Grande, não se caracterizou pelo recebimento de trabalhadores cativos diretamente do continente africano, mas sim crioulos, africanos boçais e ladinos vindos basicamente de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Para Gabriel Berute (2006, p. 14-15), usando a terminologia de Roberto Martins, o Rio Grande do Sul estaria ligado quase que exclusivamente a "terceira perna" do tráfico de escravos: "*aquela entre o porto de desembarque na América portuguesa e o destino final no interior do continente*". A Capitania e depois província sul-rio-grandense *dependia do tráfico atlântico para o abastecimento de mão-de-obra*, embora pudesse contar, em alguma medida, com o crescimento natural da sua população escrava.

Conforme pontua Vargas (2013, p. 1), durante o século XIX, o charque tornar-se-ia o "*produto rei*" na economia sul-rio-grandense, patrocinando a concentração de milhares de escravos, ocupados em abater milhões de reses, destacando-se neste processo a cidade de Pelotas - "*Fundamental na alimentação dos escravos nas plantations do centro do país, a produção e o comércio do charque ainda foram responsáveis por integrar os mercados do sul com os da Corte, da Bahia e de Pernambuco*". Pesquisas como as de Helen Osório, mostram que:

[...] entre 1802 e 1819, a Bahia foi a maior compradora do charque sulino, tendo sido ultrapassada pelo Rio em 1820-1821. No

entanto, somadas as exportações para a Bahia e o Pernambuco nestes dois últimos anos, constata-se que o Rio não foi responsável pela maior parte do charque exportado. Portanto, neste período os portos do nordeste sempre foram os compradores da maior parte do charque fabricado no Rio Grande (VARGAS, 2013, p. 58).

Ao que parece, esta tendência se manteve nas décadas seguintes. Na safra de 1874-75, 83,7% do charque exportado teve como destino a Bahia (44,5%) e Pernambuco (39,2%) (VARGAS, 2013, p. 340). Isto evidencia importantes *conexões periféricas*, mas não descarta a praça do Rio de Janeiro desta dinâmica mercantil intestina:

Tais índices, no entanto, apesar de demonstrarem uma maior autonomia da economia charqueadora em relação ao Rio de Janeiro, não desatam o Rio Grande dos mecanismos de acumulação internos e das redes de abastecimento do centro-sul. Se as exportações de charque não tiveram o Rio como principal mercado, as remessas de couro foram quase que exclusivamente direcionadas para o sudeste e as importações rio-grandenses, de manufaturados, mas, principalmente de escravos, tinham na praça carioca o seu principal centro de fornecimento. Portanto, o Rio era e continuou sendo o principal parceiro comercial do Rio Grande, mas quando se tratava de negócios envolvendo o charque, outras regiões se apresentavam como as principais compradoras do produto (VARGAS, 2013, p. 58).

Várias pesquisas têm sedimentado a importância do contato do Rio Grande do Sul com as províncias nordestinas, tanto em termos econômicos, como culturais. Indivíduos que do nordeste vinham para o Brasil meridional, seja de forma compulsória ou voluntária, não

rompiam em absoluto os vínculos que lá constituíram, demonstrando como a navegação litorânea (de cabotagem) drenava de um para o outro extremo do país não só produtos comerciais, mas experiências e interdependências. Tratando dos primeiros charqueadores que se instalaram e constituíram comunidade na cidade de Pelotas, Jonas Vargas argumenta:

Apesar de compartilharem dos valores escravistas, monárquicos e católicos do Império português, estes primeiros charqueadores traziam conhecimentos, valores culturais e experiências distintas para o interior da comunidade pelotense. Um exemplo disso pode ser dado na própria trajetória de José Pinto Martins. Natural do Porto, José era filho de um cavador de poços pertencente a uma família de lavradores da freguesia de Mexomil, no Porto. Migrou para o Ceará, onde, na companhia de outros 3 irmãos, encabeçou os negócios de charque e comércio em Aracati por muitos anos. Nos fins da década de 1780, Pinto Martins encontrava-se como negociante em Recife, e menos de 10 anos depois, já estava em Pelotas, fabricando charque. Mesmo residindo no sul do Brasil por mais de 30 anos, suas redes de relações pessoais com o nordeste mantiveram-se vivas. Em seu testamento, Pinto Martins deixou 200\$000 para a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em Pernambuco, da qual ele fazia parte, pedindo para que fossem rezadas “missas pelas almas dos falecidos irmãos terceiros da dita ordem”. Isto demonstra que, além das relações mercantis com Recife, Pinto Martins continuou mantendo relações de caráter pessoal e afetivo na mesma cidade, para onde havia recentemente enviado um brigue carregado de charque, conforme uma conta no seu próprio inventário (VARGAS, 2013, p. 123-124).

Conforme Norton Correa, a tradição *batuqueira* localiza em Rio Grande o nascimento desta religião afro-brasileira. Ele supõe que:

[...] o primeiro templo de Batuque tenha sido fundado em Rio Grande, entre 130 e 150 anos atrás, por uma mulher, livre, proveniente do Nordeste, talvez Pernambuco. Explico as razões. Primeira: muitos dos velhos chefes atuais indicam suas raízes naquela cidade, e um cálculo estimado das várias gerações de ancestrais 'de santo' de alguns deles se aproxima destas datas. E, de fato, documentos mostram que entre os anos de 1840-1860, foi grande a concentração de escravos e negros libertos na região de Rio Grande e Pelotas, inclusive nordestinos. Segunda: mulher, porque cerca de 70% dos chefes são mulheres. Terceira: livre, porque dificilmente uma escrava teria condições para arcar com a disponibilidade de tempo e dedicação exigidas pela chefia de um templo; última: as semelhanças entre o Batuque e o Xangô do Recife são surpreendentes, muito maiores do que com o Candomblé baiano, por exemplo, como se poderia supor. As casas originadas deste primeiro núcleo teriam-se expandido na direção de Pelotas e mais tarde Porto Alegre, de onde a religião se difundiu para o interior (CORREA, 1994: 24).

Esta longa citação acima, do antropólogo Norton Correa, defende similaridades entre o *batuque* gaúcho e o *Xangô do Recife*. Tal tese tem sido reforçada com alguns indícios documentais que reforçam esta sólida conexão periférica entre o Rio Grande do Sul e Pernambuco. Em suas pesquisas sobre as alforrias na cidade portuária de Rio Grande, o historiador Jovani Scherer maneja algumas fontes que reforçam esta conexão. Em 1849, por exemplo, foi aberto o inventário post-mortem do português João Antonio Jorge, o qual:

[...] afirmava possuir cerca de trinta contos de réis, parte aplicados em escravos, parte em uma casa na cidade de Pelotas (no valor de quatro contos), e mais uma em dinheiro "que tenho em Pernambuco em poder de Amorim e Irmãos, para eles irem entregando gradualmente ao Senhor José Vieira de Figueiredo, para este me ir empregando em escravos". João Antônio Jorge deixou em testamento a Amorim e Irmãos mais quinhentos mil réis, em recompensa dos "muitos obséquios", indicando que o comércio de cativos entre eles não era de ocasião, mas recorrente (SCHERER, 2008, p. 172).

Outra fonte que reforça estas conexões periféricas são os registros de óbitos de escravos. Quando falecia algum cativo que havia sido mandado para o Brasil meridional para ser vendido consignado, tal transação ficava evidenciada no documento eclesiástico, já que o comerciante local deveria prestar contas da *mercadoria falecida* ao seu contato fora da província. Como exemplo, podemos citar o óbito da angolana Isabel, preta, de 24 anos, que morreu em 1833 de hidropisia.³ Ela foi enterrada no Cemitério da Matriz, no centro de Porto Alegre e seu senhor era apontado como sendo Gaudino Agostinho de Meireles, que morava em Pernambuco, de onde veio a escrava consignada a Francisco Vieira de Aguiar.⁴ Francisco Vieira de Aguiar deveria possuir sólidas conexões com

³ "Consiste em um derramamento seroso que se forma subitamente, ou pouco a pouco. Chama-se anasarca, edema, quando em um lugar determinado, *Hydropisia interna e enkistada*, quando se acha derramado em uma das cavidades serosas, ou mesmo nas mucosas, sendo fechadas, o que porém é raro. [...] Encontra-se uma disposição decidida para as hidropsias nas crianças, principalmente as escrofulosas, e nos velhos" (LANGAARD, livro 2, p. 540); "Acumulação de serosidade no saco membranoso que envolve os pulmões: os médicos dão a esta moléstia o nome de *hydrothorax*" (Chernowiz II, p. 167).

⁴ AHCOMPA, Livro 3 de Óbitos da Catedral, folha 341v.

o nordeste brasileiro, e atuar como um intermediário no tráfico de seres humanos escravizados. Cotejando os óbitos de cativos deste senhor, temos:

Data	Nome	Origem	Idade	Causa da Morte
28.04.32	Maria	África (Cabinda)	12	Moléstia interna
02.02.33	Domingos ⁵	África (Cabinda)		Estupor
26.01.34	Joaquim	África (Congo)	25	Afogado
06.04.34	Elias ⁶	Crioula	15 dias	Moléstia interna
15.02.35	David	África (Congo)	40	Moléstia interna
14.03.36	José	África (Benguela)	35	Moléstia interna
15.02.36	Dionísia	África (Benguela)	40	Moléstia interna
08.04.37	Francisco	África (Cabinda)	30	Estupor
10.09.37	Fortunato ⁷	Crioula	2	Moléstia interna
09.01.40	Maria ⁸	Crioula	10 dias	Moléstia interna

Fonte: Livros de Óbitos de Escravos da Catedral nº 3 (folhas 320, 342, 369, 373v), nº 4 (folhas 4, 26v, 28, 48v e 65v) e nº 5 (folha 9).

Evidencia-se na tabela acima que todos os adultos deste proprietário eram africanos da

África Central Atlântica, mesma procedência da preta Isabel, que era de Angola.

Estas conexões descritas acima eram alimentadas pela navegação de cabotagem, onde tinha especial atuação o grupo dos trabalhadores marinhos. Pernambuco tinha uma forte tradição ligada a navegação e assim não é de estranhar que de lá viessem escravos habilitados nas artes de singrar as águas, marítimas e fluviais.

Mas os caminhos entre Pernambuco e o RS iam e vinham. Em 19 de abril de 1846, atracou em recife o brigue Mentor, vindo do Rio Grande do Sul. Dele fugiram "sob a bruma da noite" os marinheiros escravos José e Manoel. Cinco meses depois nada se sabia deles e a imprensa local atribuía "o sucesso da fuga ao fato do escravo José conhecer muito bem Pernambuco, por ter vivido lá antes de ser vendido para a província sulina" (OLIVEIRA, 2013, p. 213)⁹.

Conexões periféricas: um pernambucano orgulhoso

Mas não era só o tráfico de escravos o elemento conector destas regiões periféricas. Também o deslocamento de tropas era um fator de homogeneidade nacional e fomentador de identidades diversas.

A frase fantasia que dá título a este artigo foi proferida por um militar pernambucano, no distante ano de 1867. Aliás, naquele ano ele já havia dado baixa do Exército e se ocupava como

⁵ Neste registro constam como senhores Francisco Vieira de Aguiar e Manoel Vieira de Aguiar.

⁶ Filho Natural de Joana.

⁷ Filho natural da parda Senhorinha.

⁸ Filho natural da africana Joana.

⁹ Ver outros casos de fugas de marinheiros-escravos em recife, desembarcados de barcos que vinham do RS, em SILVA (2001, p. 190-193).

Oficial de Justiça.¹⁰ O que deu origem a este documento judiciário foi a queixa feita por Manuel Luiz Correia Júnior, morador na Praia do Riacho, nº 57, contra seu vizinho Joaquim de Freitas Cabral (desta Província, morador em Porto Alegre há 6 anos, vivia de suas agências). O mote foi um banal atrito entre vizinhos, que culminou com Joaquim ferindo seu vizinho Manoel, em 4 de abril daquele ano, às 6 horas da manhã, com um chicote de cabo prateado.

A terceira testemunha arrolada e que depôs no tribunal foi o oficial de justiça Manuel Mendes Bastos, pardo, casado, de Pernambuco, morador em Porto Alegre, 37 anos, alfabetizado. O seu depoimento chamou a atenção pela honestidade e orgulho regionalista que exprime e ostenta. Disse ele, ao ser interrogado, que nada viu e que só ouviu falar pelo queixoso, que o procurou para servir de testemunha e assinar um abaixo-assinado das pessoas que assistiram o conflito e que ele:

[...] assinou persuadido que não houvesse procedimento oficial e sim para se harmonizarem particularmente, tanto que assim estava convencido que o queixoso lhe dissera que queria fazer o acusado gastar um conto de réis, quantia esta que havia recebido de um seu devedor e que lhe prometera se ele testemunha viesse jurar, de gratificá-lo, o que ele recusou por ser Pernambucano e não está acostumado a receber recompensas para esse fim nem para votar em eleições.

Este orgulhoso e *arretado* pernambucano veio para o Rio Grande do Sul integrando as tropas que frequentemente tinham que guarnecer as perigosas e instáveis fronteiras meridionais.

Isso nós sabemos não por documentos militares, mas por outro auto judiciário.

Em 3 de abril de 1863, o Capitão Tenente da Armada Rodrigo Antônio de Lamare apresentou uma queixa contra Isidora Emilia, crioula, preta forra, conhecida por Patacão de Chumbo, solteira, filha de Emília, não sabia a idade que tinha, ocupada no serviço doméstico, moradora no Beco do Poço, analfabeta.¹¹ O caso foi que quando passava a procissão da Paixão do Senhor pela rua de Bragança, alguns menores passaram a ofender a ré de - *patacão de chumbo* -, a qual injuriada partiu para cima deles proferindo palavras obscenas, ferindo ainda no rosto o filho do queixoso, Candido Maria de Lamare.

Era comum marinheiros e prostitutas portarem apelidos e é provável que *Patacão de Chumbo* ganhasse a vida como doméstica e meretriz. As mulheres, em seus depoimentos, mesmo que às vezes se autodefinissem como meretrizes, apresentavam outras ocupações simultâneas: eram lavadeiras, costureiras, engomadeiras, criadas. Não estamos negando a atuação como meretrizes, mas contextualizando o trabalho feminino numa época de considerável mobilidade profissional. As mulheres sem profissão fixa ou que desempenhavam mais de uma ao mesmo tempo, que trocavam de parceiros, às vezes moravam sozinhas cuidando de seu próprio sustento e cujas casas representavam esconderijos lúdicos usados pelos populares para finalidades diversas, eram vistas pelas autoridades como ameaças potenciais muito próximas aos trabalhadores ocasionais (jornaleiros): não dedicados a uma atividade regular, não estavam inseridos convenientemente em uma estrutura de poder que as controlasse -

¹⁰ APERS - Sumários - Júri, Porto Alegre, maço 38, processo 1131.

¹¹ APERS - Sumários - Júri, Porto Alegre, maço 36B, processo 1061

eram o povo anônimo, os servidores de ninguém. Enquanto os homens eram os *vadios* e *vagabundos*, as populares eram as *mulheres de má nota* habitantes de um *mundo equívoco*.¹²

A preta forra Isidora ou Patacão de Chumbo morava no Beco do Poço, local estigmatizado pela presença de indivíduos negros, mas também de espaços de meretrício. Esta má fama do beco do Poço não era monopólio dos jornais, mas rolava no boca-a-boca dos populares. Às 23 horas do dia 18 de janeiro de 1888, brigaram na Rua da Olaria, três domésticas solteiras e com idades entre 15 e 19 anos: Maria da Costa, Maria Joaquina e Vitalina das Dores (sendo a primeira apontada como ré e a última como ofendida). Os motivos não são muito claros e nem nos interessam no momento. Vitalina passeava ao convite de Joaquina com dois indivíduos (que negam terminantemente terem estado presentes ao conflito), numa carruagem, quando cruzaram com Maria da Costa. Indignada por tê-las encontrado a passeio, Maria da Costa, dirigindo-se a Vitalina, disse “*que ela tinha duas palavras*”, pois havia ficado de dormir em sua companhia naquela noite e que assim não fizera, pois andava “*com essa putinha*”, referindo-se a Joaquina. Vitalina deu o troco desqualificando Maria da Costa ao dizer que “*não morava no Beco do Poço como ela e que vivia do seu aluguel de criada*” (APERS - Processo 1681, maço 68).

Mas depois desta digressão, voltemos ao processo de 1863. Nele temos o depoimento do brasileiro Manuel Mendes Bastos, então com 33 anos, solteiro, morador em Porto Alegre, Sargento dos Inválidos e que obteve sua baixa há 23 dias. Não sabemos quanto tempo já Bastos

residia no Rio Grande do Sul, mas certamente tempo o suficiente para fazê-lo querer ficar.

Dois anos depois, encontramos o pardo Manoel Mendes Bastos qualificado votante pela mesa instalada no Consistório da Catedral, em 30 de janeiro de 1865. Como número 90, ele aparece com 40 anos, solteiro, Oficial de Justiça e morador na Paróquia da Madre de Deus, no 8º Quarteirão.¹³

Temos mais um documento sobre este pernambucano orgulhoso. Em 1867 o encontramos como editor do periódico Inflexível, Jornal Crítico, Literário e Recreativo, que circulava por Porto Alegre e pertencia ao Alferes José Antonio Lessa (branco, casado, do RJ, morador nesta cidade, vivia de suas agências).¹⁴ O Tenente Coronel Joaquim Jerônimo Barrão julgou-se injuriado por um artigo publicado em 17.10.1867, no número 3, ano 1 e solicitou o autógrafa do mesmo, afim de saber a sua autoria, o que foi negado pelo editor do periódico. O artigo se chamava “Um pouco de tudo” e como não foi atendido no fornecimento do autógrafa, decidiu processar o jornal por calúnia, “não só na qualidade de Diretor do Arsenal de Guerra desta capital, como ainda que se referem a vida anterior do suplicante”.¹⁵

¹³ AHRS - Fundo Eleições, Lista dos cidadãos qualificados na Paróquia de Nossa Senhora da Madre de Deus. Assinada por Manoel Cândido de Campos, Presidente da Junta, João Antônio Mendes Totta Filho, Cônego Joaquim Procópio de Oliveira Nunes, Firmiano Antônio de Araújo, Dr. Manoel Velloso Paranhos Pederneiras.

¹⁴ APERS - 1º Cartório Cível e Crime - Porto Alegre, Processos Crimes - maço 133 - Nº 3576.

¹⁵ Como Tenente-coronel do estado-maior de 1ª classe, foi diretor do Arsenal de Guerra, em Porto Alegre, cargo que assumiu em 4 de setembro de 1866, ficando pelo menos até 1870. (Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello pelo Dr. Antônio Augusto Pereira da Cunha, 2º Vice-Presidente. Porto Alegre. Typ. do Rio-Grandense, 1867; Fala com que o Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio

¹² Ver: MOREIRA, 2009 e RAGO, 1991.

Ao depor, o editor Manuel Mendes Bastos contou que filho de Manuel Celestino da Paixão, tinha 38 anos, era casado, Oficial de Justiça do Geral, brasileiro, nasceu na cidade de Pernambuco, sabia ler e escrever. Não só o artigo mencionado pelo Tenente-coronel Barrão, mas o restante do jornal, tinha um teor contestatório de fortes críticas e denúncias ao governo provincial da ocasião. No editorial daquele mesmo número, o editor protesta quando a terem marchado 129 praças da Guarda Nacional de Porto Alegre para a fronteira:

Estranha igualmente que sejam sacrificados a segurança e defesa de uma cidade, que conta grande número de presos em suas prisões, quantiosa escravatura, petrechos de guerra em seus armazéns à celebridade de uma vontade firme, diante da qual devem quebrar-se todas as conveniências.

Não sabia o editor o quanto de clarividência possuía o seu texto, pois no ano seguinte, 1868, as autoridades descobririam apavoradas a eminência de uma insurreição escrava que contava com o apoio dos prisioneiros de guerra paraguaios que trabalhavam no Arsenal de Guerra da capital provincial.

Conexões periféricas: José Pernambucano

Não são raros os casos em que o designativo Pernambuco está impresso no próprio nome do escravo, criando uma alcunha

Grande do Sul Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha abriu a 1ª sessão da 12ª legislatura da Assembléia Provincial em 3 de Novembro de 1866. Porto Alegre, Tipografia do Rio-Grandense, Praça da Alfândega n.º 4, 1866). Dados sobre esta importante instituição podem ser encontrados nos relatórios anuais feitos por este diretor ao Ministro da Guerra: ANRJ: Série Guerra – Gabinete do Ministro – maços IG¹590, IG¹196, IG¹195, e IG¹197.

que indica a passagem destes indivíduos por aquela província o tempo suficiente para marcá-lo. Mas este designativo não implica necessariamente serem crioulos, pois vários africanos são assim alcunhados, mostrando provavelmente terem passado por um processo de ladinização naquela província, antes de sofrerem uma nova diáspora, desta vez pelos caminhos do tráfico interprovincial. Quem sabe este apelido, em muitos casos, não foi dado pelo sotaque pernambucano que estes africanos absorveram, ao aprenderem a língua portuguesa naquela província.¹⁶

Em fevereiro de 1847 o iate mercante Quibebe, do inglês Roberto Baker, com uma tripulação composta do patrão José Antonio de Almeida e 4 marinheiros escravos, partiu de São José do Norte e fundeu na baliza do Mosquito, onde o patrão foi assassinado e seu cadáver com ferros aos pés jogado na água. O assassino teria sido João Pernambuco, escravo de João Rodrigues Barcelos, de nação Cassange, que antes tinha trabalhado como serrador e falquejador (OLIVEIRA, 2014, p. 240).

Mesmo que estejamos condenados a escrever trajetórias individuais *tapuias* (FRAGOSO, 2002, p. 62), devido as enormes lacunas com que temos que conviver, ainda parece produtivo investirmos em trajetórias, principalmente de setores populares. É o que tentaremos aqui, costurando os indícios documentais que tratam do africano angolano José Pernambuco.

Não sabemos quando José Pernambuco veio do continente africano e nem quando ele foi

¹⁶ Sugerimos a leitura da tese do historiador José Iran Ribeiro, principalmente o item 4.6 - "Cores, sotaques, adaptabilidades ao clima e à alimentação, infantes e cavalariões: o reconhecimento da diversidade identitária brasileira".

transferido para o Brasil meridional.¹⁷ Sabemos é que ele se alforriou, pagando ao seu senhor Israel Antonio da Silva a quantia de setecentos mil réis. Como a carta tinha a data de 29.12.1854 e o registro em cartório foi feito apenas em 23.10.1856, podemos cogitar que tenha ocorrido uma coartação, ou seja, o senhor estipulou um preço e um prazo para que fosse pago. Nesta carta de alforria José Pernambuco é identificado como Cassange.¹⁸

Às 17 horas do dia 14 de setembro de 1861, o africano José Pernambuco casou na Igreja do Rosário, em Porto Alegre, com a também liberta africana Cristina Firmina Augusta. Conforme o documento eclesiástico, ele já havia casado anteriormente com Luiza, que morrera em 15.12.1855 em Camaquã. Foram padrinhos deste enlace matrimonial o Doutor João Capistrano de Miranda e Castro e Israel Antonio da Silva.¹⁹

Na lista dos Votantes da Paróquia do Rosário, de 1880, João Capistrano de Abreu aparece com o número 141, com 76 anos, já viúvo, empregado aposentado, filho de Francisco Pedro de Miranda e Castro, morador na rua do Riachuelo, com renda conhecida de 4:800\$.²⁰ Ele nasceu no Desterro, em Santa Catarina, atual

Florianópolis, diplomou-se em Direito na Faculdade de São Paulo, “e em 1836 já estava em Porto Alegre, onde seu pai, Francisco Pedro de Miranda e Castro, desempenhou funções municipais, especialmente como Procurador da Câmara” (FRANCO, 2010, p. 59). O filho do Capitão Francisco Pedro continuou a tradição paterna de uma inserção íntima com o governo e sua administração, mas chegou bem mais longe que o pai. Ele assumiu por duas vezes interinamente a Presidência da Província, já que atuava como Vice-Presidente da mesma, de 02.03.1848 a 10.04.1848 e de 29.08.1870 a 04.11.1870. Além disso, ligado ao Partido Conservador, foi Deputado Provincial em 1846 e 1847, 1850 e 1851, 1853 a 1857.²¹ O Dr. João Capistrano de Miranda e Castro morreu em 11.11.1882, com 77 anos, descrito como *branco*, mas preferiu ser velado na Igreja do Rosário.²²

A Igreja e Irmandade do Rosário, de Porto Alegre, eram tradicionalmente vistos como espaços de religiosidade católica da comunidade negra cidadina (MÜLLER, 2013). Mas não eram exclusivamente negros que o frequentavam, mas também indivíduos pertencentes a elite local. Distantes em termos raciais e sócio-econômicos, José Pernambuco e o Doutor Capistrano se encontravam nas lidas místicas da Irmandade do Rosário, e deste convívio é que provavelmente veio o convite para o apadrinhamento.

¹⁷ O desenraizamento causado pelo tráfico interprovincial também foi responsável por muito sofrimento e alguns indivíduos simplesmente não suportavam esta carga de perda afetiva. O jornal Riograndense, em 24.11.1877, comunicava o suicídio do escravo Simão, preto, de 45 anos, natural de Pernambuco, que foi encontrado enforcado às 14 horas, em uma casa da Rua do Arvoredo.

¹⁸ APERS - 1º Tabelionato de Porto Alegre, Livro 15, folha 120v.

¹⁹ AHCMPA - Livro 2 de Casamentos do Rosário, folha 138v.

²⁰ Dos 1.304 votantes que trazem explicitamente esse dado, apenas 39 deles tem renda conhecida acima de 3 contos de réis, o equivalente a cerca de 3% do total. Sobre as eleições no Brasil, ver: GRAHAM (1997), CARVALHO (1997), DIAS (1998), KLEIN (1995), COSTA, 2006.

²¹ AHRS – Eleições, EL-01. Ver: Relatório com que João Sertório passou a administração para João Capistrano de Miranda e Castro, em 29.08.1870; Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º Vice-presidente da Província, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, em 04.11.1870; e o Relatório do Vice-Presidente da Província João Capistrano de Miranda e Castro à abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 4 de março de 1848.

²² AHCMPA - Livro de Óbitos de livres do Rosário, nº 9, folha 95v. Foi encomendado pelo Padre Vicente Sebastiam Wolfenbuttel.

José Pernambuco faleceu em 28 de julho de 1862.²³ Em seu testamento redigido em 20 de julho do mesmo ano de seu passamento, afirmou ter nascido em Angola e ser casado com a preta liberta Cristina Firmina Augusta, de nação Calabar, sua inventariante. Ele era católico, com a proteção de Nossa Sra. do Rosário e seu filho e sua viúva era “*sumamente pobre*”, vivendo com seu marido de quitandas, “*com muito pequeno negócio*”. Sem descendentes, José Pernambuco deixou sua viúva como testamenteira e herdeira universal, como segundo e terceiro testamenteiro, indicou respectivamente Manoel Gonçalves Ferreira de Brito e Vicente José Ferreira de Carvalho, seus vizinhos.

O patrimônio deste casal de africanos estava imobilizado em uma morada com 1 porta e 2 janelas, situados na rua da margem do Riacho, bastante arruinada e avaliada por seiscentos mil réis. Como José Pernambuco ficou doente muito tempo, sua viúva teve que pedir emprestado a João Capistrano de Miranda e Castro (96\$000) e a sua ex-senhora Dona Josefina, esposa de Joaquim José Mendes Ribeiro, por diversas vezes, para pagar médico, boticário e funeral (183\$700 réis), ficando após pagar as contas, com 65\$000.

No ano anterior ao seu falecimento, 1861, José Pernambuco apareceu em um processo criminal como testemunha. O réu era o escravo crioulo Francisco, de 14 para 15 anos, que assaltou a casa da quitandeira baiana Martinha Maria da Conceição, moradora na rua da Ponte. Apesar de ser cozinheiro, Francisco ganhava um dinheiro extra auxiliando Martinha a conduzir o seu tabuleiro de quitandas até o mercado e dali levava compras que ela fazia diariamente para um alemão morador na rua do Rosário. No

assalto, ele roubou um cofre onde estavam guardados mil e quatrocentos réis, em ouro e prata. José Pernambuco era vizinho e amigo de Martinha, e como tal acompanhou-a até a casa do senhor do réu para protestar pelo roubo. Ele consta como casado, preto forro, nação Angola, sapateiro, tinha 50 anos e não sabia ler nem escrever (APERS - Sumários Júri, maço 34, processo 1027).

Conexões periféricas: o abolicionismo

Em 1887, Joaquim Nabuco elegeu-se deputado pela Província de Pernambuco. A sua vitória emocionou os jovens militares da Escola Militar do RS, que rapidamente se mobilizaram e enviaram um telegrama de regozijo. O Ministro da Guerra Delfino Ribeiro da Luz exigiu a prisão preventiva dos alunos e a instalação de um Conselho disciplinar (Castro, 1995, p. 130).

Em meados de setembro daquele ano, o jornal republicano A Federação divulgou o conteúdo do telegrama, capitalizando com a crítica ao governo constante no mesmo:

Vitória Abolicionista: Os dignos alunos da escola militar desta Província, tomando parte do regozijo que causou a notícia da eleição do Dr. Joaquim Nabuco, deputado pela Província de Pernambuco, dirigiram a este ilustre abolicionista, o seguinte telegrama hoje pela amanhã: “Saudamos vosso triunfo, deputado abolicionista, representais a altivez pernambucana, apesar da pressão do governo. Liberdade – Trabalho. Os Alunos da Escola Militar do Rio Grande do Sul” (A Federação, 16.09.1887 – ALRS / grifos nossos).

O significado de oposição ao Ministério Saraiva que esta eleição significou, pode ser

²³ APERS - Cartório Provedoria, maço 14, auto 244.

explicado por ter Nabuco enfrentado nas urnas o deputado Manuel do Nascimento Portela Júnior, recém empossado como Ministro do Império e, portanto, visto como representante do Gabinete conservador. A eleição foi dura, com Nabuco tendo de usar de estratégias até aquela época não muito comuns aos candidatos, como o contato direto com os eleitores indo de porta em porta e com isso tendo uma verdadeira “lição de coisas” e percebendo a “agonia da dignidade” daqueles que, carentes de tudo, insistiam em lhe prometer o voto mesmo ao custo de seu próprio emprego (Moraes, 1924, p. 161). O Chefe de Polícia de Pernambuco chegou a proibir reuniões de mais de três pessoas nas ruas e praças do município, o que levou ao choque entre cavalaria e participantes de um *meeting* em Afogados com uma morte (Nabuco, 1928, p. 225). A vitória e o reconhecimento da derrota pelo governo Imperial – dois fatos de grande repercussão –, levaram ao crescimento do movimento abolicionista no país (Nabuco, 1997, p. 1346).

Como militares os alunos não poderiam pronunciar-se politicamente e a sua punição deveria ser feita através de um Conselho Disciplinar, como já dissemos, formado por 9 militares sob a presidência do Comandante da Escola. No processo de 1887, porém, como a denúncia do comportamento inconveniente dos alunos foi dada pelo próprio Comandante Coronel Catão Roxo, a sua presença nesta investigação foi impossibilitada sendo nomeado como presidente o Ten. Cel. João Luiz de Andrade Vasconcelos.

O Processo do Conselho de disciplina foi instaurado com a ligeireza solicitada pelo governo imperial, sendo os seus trabalhos iniciados em 23.09.1887 (sexta-feira) na sala dos

Conselhos da Escola Militar.²⁴ Inicialmente o conselho encontrou um grave entrave em suas investigações, causado pela recusa do encarregado da Estação Telegráfica – José Sebastião de Oliveira Horta –, em enviar o original do telegrama através do qual poderiam ser identificados os seus autores. Horta recusou-se a “satisfazer a requisição deste Conselho, feita em sua primeira sessão”, apresentando uma justificativa que foi anexada aos autos:

O artigo 2º da Convenção Internacional garante o segredo dos telegramas, e, o parágrafo 1º do artigo 69 do regulamento determina que, originais ou cópias dos telegramas só podem comunicar-se ou ao expedidor, ou ao destinatário provada a identidade da pessoa ou a procurador munido de poderes por um dos dois.

Além de encarregado da Repartição Geral dos Telégrafos, Sebastião Horta era funcionário da Secretaria de Governo Provincial, tendo ingressado no serviço público por Ofício do Presidente da Província de 3 de abril de 1876, trabalhando como Colaborador (entre 1876/80), Amanuense (1880/1885) e 2º Oficial (1885/1888). Horta talvez fosse simpatizante do Partido Liberal. Esta constatação pode ser sustentada por ter sido nomeado em 1876 para o serviço público, data em que – de acordo com a *gangorra* movida pelo Imperador os Liberais

²⁴ Além do presidente - seguindo o determinado pelo artigo 168 do respectivo regulamento da Escola –, o Conselho foi formado pelos seguintes oficiais: o Secretário da Escola, o Major Joaquim Sabino Pires Salgado, o Ajudante da Escola, o Capitão José Cristino Pinheiro Bittencourt, os Comandantes das Companhias dos alunos, da 1ª Capitão Francisco Maria Pinheiro Bittencourt, e da 2ª o Capitão Belo Augusto Brandão, dois instrutores, o Capitão Instrutor da 2ª. classe Edmundo Moniz Brandão e o Major Instrutor de 1ª. Classe João Vicente Leite de Castro, e dois professores: o Capitão Júlio da Silva Júnior e o Capitão Alcibiades Martinho Rangel. AHEx/RJ - EM/PID - 1884/1898.

voltaram ao poder desbancando o Gabinete Conservador e pela atitude que tomou naquele mesmo ano, nas ruas de Porto Alegre, em defesa de um deputado liberal. Sebastião Horta foi um dos que perseguiram e prenderam o preto Joaquim Narciso, ex-praça de polícia, que agrediu a cacetadas e disparou um tiro contra o Deputado Provincial do Partido Liberal Antero Ferreira d'Avila. Horta tinha então 19 anos, era solteiro, desta Província, alfabetizado (APERS – Cartório Júri, maço 50, processo 1355).

Fizemos esta digressão para caracterizar Horta como liberal e justificar a sua negativa em apoiar uma investigação que censurasse o pronunciamento político da mocidade militar. Cabe mencionar que este funcionário do telégrafo não diz que não possuía o documento requisitado, mas que apesar de tê-lo em seu poder não poderia entregá-lo, afrontando diretamente as autoridades imperiais. Sebastião Horta não se incompatibilizou com o governo após a Proclamação da República e continuou a trabalhar no serviço público estadual, sendo Diretor da Diretoria Central da secretaria de estado dos Negócios das Obras Públicas em 1899.

O Conselho Disciplinar provocou intensa movimentação na Escola, sendo interrogados 56 alunos, o que correspondia a 30 % do total de 188 estudantes matriculados naquele ano. Frente a frente com seus professores, os alunos na sua maioria defenderam-se dizendo que não concordavam com o teor do telegrama ou que se possível alterariam na mensagem a parte ofensiva ao governo, mas que desconheciam os promotores da idéia. Mesmo os que reprovaram abertamente o conteúdo do telegrama – como o maranhense Zacarias dos Reis –, não denunciaram os envolvidos dizendo que os seus nomes lhes “escapavam à memória”. Isso não

nos surpreendeu, pois após examinarmos vários processos disciplinares envolvendo alunos da Escola Militar, chamou a atenção a ausência de delatores entre as testemunhas, o que indica um considerável senso de grupo, baseado na autoproteção e na responsabilidade coletiva. Nos depoimentos, os interrogados chamavam os seus colegas de “companheiros de escola” ou “camaradas”.

A forma que os alunos encontraram para mobilizar a Escola no envio deste telegrama foi de acordo com o costume da cultura estudantil do período. Existia o hábito de serem afixados anúncios, cartas e notícias nas portas e paredes das peças da Escola mais freqüentadas pelos estudantes – alojamentos e sala de banhos –, servindo para a troca de informações e socialização do grupo.

Os interrogados puderam basear a sua defesa – já que o manuscrito do telegrama não foi entregue ao Conselho –, dizendo que não haviam assinado o telegrama mas uma petição que havia permanecido presa na porta dos alojamentos por mais de um dia e que solicitava que os alunos interessados em contribuir com meios pecuniários para o envio do telegrama, escrevessem ao final os seus nomes (ou abreviaturas), sendo o pagamento cobrado quando do recebimento dos soldos. Rejeitando o teor do telegrama, mas assumindo terem contribuído para a homenagem ao abolicionista Joaquim Nabuco, os estudantes escapavam da falta de terem enquanto militares se pronunciado politicamente e, ainda pior, contra o governo. O aluno Thomas Araújo reconheceu ter assinado a lista, mas advertiu que a sua intenção foi “de felicitar unicamente aquele ilustre cidadão pelo seu triunfo eleitoral, sem intenção de ofender ao governo”.

Muitos deles usaram o argumento de que se possível proporião mudanças para o telegrama, cortando a parte ofensiva ao Gabinete Conservador – “apesar da pressão do governo”. Outros, nas alterações propostas, acabaram apenas minimizando as críticas ao governo, sem contudo desprezar o caráter oposicionista da vitória de Nabuco e de derrota do Gabinete Conservador. O 2º Cadete Ribas declarou que substituiria *pressão* por *intervenção* do governo; o 1º Cadete Jaimes Costa assinou a lista, mas mudaria a redação do telegrama trocando a palavra *pressão* pela de *participação* do governo; o 2º Cadete Abrantes assumiu a responsabilidade pelo envio do telegrama, mas substituiria a palavra *pressão* por “apesar competir com ministro”.

Não sabemos se os alunos – talvez reunidos em outro local onde aguardavam a chamada –, foram tomando cada vez mais coragem para os interrogatórios conversando entre si e com aqueles que saíam após darem o depoimento, ou se os oficiais conhecendo os estudantes através do seu contato cotidiano na instituição, deixaram para o final àqueles que mereciam a desconfiança de serem os promotores da idéia, o certo é que a partir de Juvenal que foi o 34º a ser chamado, os interrogados passaram a cada vez mais assumir não só o envio da mensagem mas o posicionamento político contra o governo. Também a partir daí alguns trechos mais contundentes da fala dos alunos são marcados com tinta azul, provavelmente pelos membros do Conselho Disciplinar. O aluno João de Carvalho, por exemplo, aceitaria o telegrama com a mudança da palavra “*pressão*” por “*participação*”, entretanto “se não passasse a sua emenda, o aceitaria tal qual foi expedido porque assim feito era a afirmação de um fato e não de uma censura”; Henrique de Moura assinou

apenas a lista, mas quanto ao telegrama “estava de acordo com o seu conteúdo”; João Macalão tomou conhecimento do telegrama pelo jornal republicano A Federação e ouviu algumas conversas, não viu lista alguma mas caso o convidassem “aceitaria a idéia”; Júlio Bacellar assinou a lista e leu a notícia na Federação e:

Declarou finalmente que está de acordo com o telegrama como foi passado, por que a primeira parte é a realização de seu pensamento e expressada no convite, e a última é a expressão da verdade tal qual tem ele conhecimento pela leitura dos jornais com relação a eleição desse candidato.

O sentimento de pertencimento a um grupo particular de indivíduos fez com que muitos alunos, mesmo não reconhecendo a autoria do telegrama, assumissem com certo orgulho a obrigação que tinham como militares de responder pelos seus atos. Joaquim Cunha assinou a lista, não leu previamente o texto do telegrama, mas assumia a responsabilidade; João Nepomuceno da Costa subscreveu o pedido de verbas, “por isso, tendo contraído compromisso com a sua assinatura, aceitava o telegrama tal qual foi publicado, parecendo-lhe boa a sua redação”; Carlos Resin Neto firmou a lista e “tendo ele respondente assim feito, tomaria a responsabilidade do telegrama tal qual foi publicado”; Juvenal Müller – que depois na Corte continuou a sua militância republicana²⁵ –, apesar de não ter lido previamente a mensagem tendo apenas assinado a lista (a qual já tinha um “crescido número de assinaturas”), esclareceu

²⁵ Sob a direção de Otaviano era publicado, por elementos da Escola Militar de Porto Alegre, um jornal republicano e abolicionista - “de combate e propaganda” - chamado A Denúncia. Esta publicação, apesar de proibida, “jamais deixou de aparecer, misteriosamente, sobre a mesa de todos os lentes, de todos os chefes de repartições públicas e no próprio Palácio do Presidente da Província” (SPALDING, 1967, p.150).

que “concordava com o telegrama tal qual foi publicado, por que com a sua assinatura ao convite assumia toda a responsabilidade”; Domingos Nascimento, assumindo uma postura corporativista de defesa da instituição na qual estudava, que até mesmo pode ter agradado os membros do Conselho Disciplinar, disse ter lido tudo pelos jornais, mas “embora notasse conter uma censura ao governo que ele, como militar, não podia fazer, todavia assumia a responsabilidade para não fazer um desmentido a Escola”.

O Furriel Trajano Cesar sintetizou um posicionamento apartidário ao confessar ter assinado a lista e discordar do telegrama, pois a idéia era “saudar ao Dr. Joaquim Nabuco como abolicionista e não como político”. Esta declaração parece estar de acordo com o pensar da época que tornava a abolição um fator de redenção nacional, acima dos partidos. A questão emancipadora surgiu como uma das primeiras disputas junto à opinião pública urbana nascente, a respeito da qual era necessário que os candidatos a cargos políticos se pronunciassem. O Conselho depois dos interrogatórios decidiu não inquirir mais testemunhas e após algumas deliberações, confeccionou o seguinte Parecer:

Julga provado que, com limitadas exceções, aderiram eles a idéia de passarem um telegrama de felicitação ao Dr. Joaquim Nabuco pelo seu triunfo obtido na eleição que pleiteou ultimamente na província de Pernambuco, levados pelo regozijo da sua vitória, simplesmente porque o consideram o mais extremo adepto do abolicionismo.

Que nesta manifestação só lhes inspirou esse sentimento, no propósito de o fazerem sem ofensas ou apreciações políticas, que não poderiam ter na qualidade de militares e, no geral praças de pret do Exército (...).

Dos depoimentos não foi possível ao Conselho chegar ao conhecimento da autoria dos citados convites e nem do telegrama que foi expedido; porque, como era de prever, ainda quando externassem a sua reprovação por haver-se ultrapassado as suas intenções que não tinham o menor vislumbre de ofensa ou de desrespeito, não denunciavam aqueles que diretamente são responsáveis, sem dúvida por espírito de coleguismo.

Firma o Conselho esta opinião no fato da uniformidade de todos os depoimentos sobre o modo porque foram alcançadas as suas assinaturas: este modo é inteiramente inaceitável, parecendo ao Conselho que as listas para obtenção de assinaturas, correram de mão em mão e que depois tivessem tido qualquer reunião para determinar uma comissão a quem fosse incumbida a confecção do telegrama e a sua expedição: tanto mais julga ter sido essa a marcha que tiveram na ignorância (primal) de todos relativamente ao dia em que estiveram afixados os convites e aos nomes dos inferiores que estiveram de serviço aos seus alojamentos.

O Conselho julgou que poderia atingir ao fim de sua convocação, com muita probabilidade de seu êxito, pelo exame do autógrafo do telegrama que, sem dúvida, deveria ter autoria de alguma ou mais assinaturas; pois que lhe parece, não obstante não ser um telegrama individual e sim de uma coletividade, não poderia prescindir-se de firmas que por ele se responsabilizassem(...).

Recusado como foi ao Conselho a requisição que fez desse autógrafo, pela resposta de ser vedado pelo Regulamento da Repartição no ofício anexo ao processo, falece ao Conselho esta prova. Do depoimento dos alunos, julgando-os no geral responsáveis pelo fato que sindicam – não pode deixar de ver com

maior responsabilidade aqueles que depuseram já aceitando o telegrama como fora expedido em sua íntegra, já declarando que, se previamente o tivessem lido, o aceitariam com a modificação que mencionaram na substituição da palavra – pressão – por – participação.

Em conclusão, o Conselho não tendo provas que lhe autorizem a afirmar quais tivessem sido os autores do telegrama, e sobre os quais deveria ter o mais rigoroso procedimento, perante a realidade do fato e ponderando que sofrerá a disciplina e o crédito da Escola, se, da organização deste Conselho, não resultar uma punição pela deficiência de provas habilmente ocultadas, resolveu responsabilizar aqueles alunos que por seus depoimentos com mais ou menos acrimônia, afrontando com menoscabo a presença de seus juizes, revelaram-se menos receosos de qualquer conseqüência, já finalmente declarando aceitarem a responsabilidade do telegrama nos termos em que foi concebido, já disfarçando ou procurando arredar a sua coparticipação no modo porque o modificariam. E assim condena o Conselho a vinte dias de prisão que terão de cumprir fora do recinto desta escola, os alunos: Joaquim Marques da Cunha, Júlio Arquimedes Bacelar, Lames Costa, Juvenal Octaviano Muller, Filipe Antônio Cardoso de Santa Cruz Primo, Henrique Correia Dias de Moura, Domingos Virgílio do Nascimento, João Nepomuceno da Costa, Carlos Resin Netto, Jovita Eloy, João Miguel Ribas, Francisco de Paula Soares Filho, Victor Obino, Antônio Rodrigues Portugal e João Simplício Alves de Carvalho. Sala das Sessões do Conselho de Disciplina, aos 29 de Setembro de 1887.²⁶

Outros jornais de Porto Alegre – além de A Federação – publicaram notícias aplaudindo e compartilhando a homenagem a Nabuco: A Reforma (periódico do Partido Liberal), o Mercantil (propriedade do conservador Câncio Gomes) e o Jornal do Comércio (redigido pelos intelectuais Aquiles Porto Alegre e Aurélio Vírissimo de Bittencourt, adeptos do abolicionismo). Entretanto, enquanto os demais jornais deram publicidade do ocorrido no dia 17 de setembro, A Federação deu o “furo jornalístico” um dia antes, mostrando a proximidade que os alunos tinham com a redação republicana. De acordo com os depoimentos, fica evidente que o jornal A Federação era o mais lido entre os alunos da Escola Militar, em cujas páginas os alunos buscavam orientação político-partidária. Os redatores d’A Federação estimulavam a proximidade com a *mocidade militar*, às vezes permitindo que suas páginas fossem utilizadas para a discussão de assuntos internos da Escola.

O comércio (de escravos, charque, etc.), movimentações de tropas, migrações familiares, estes são alguns dos motores da conexão periférica entre o Brasil meridional e Pernambuco. Por intermédio destas conexões intercambiavam-se experiências, hábitos, sotaques, forjavam-se alianças. Sem descartar a forte presença do Rio de Janeiro nestas transações mercantis e culturais, o que se pretendeu foi provocar o debate sobre o contato direto entre as periferias, mostrando como o arquipélago das províncias se conectava de várias e diferentes maneiras.

²⁶ Juvenal Miller foi desligado da Escola em 15.10.1887, mas em março do ano seguinte já voltava aos estudos.

Abreviaturas

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
AHCMPA - Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre
AHEx/RJ - Arquivo Histórico do Exército - Rio de Janeiro
ANRJ - Arquivo Nacional / Rio de Janeiro
APERS - Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul
EM/PID - Escola Militar de Porto Alegre - Processos e Inquéritos de Disciplina

Referências Bibliográficas

- BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que partem para os portos do sul: Características do Tráfico Negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c.1790- c.1825*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- CABRAL, Flavio José Gomes. *Conversas reservadas: vozes públicas, conflitos políticos e rebeliões em Pernambuco no tempo da independência do Brasil*. Recife, Tese (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2008.
- CARVALHO, Daniela Vallandro de; OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. Os lanceiros Francisco Cabinda, preto Antonio, João aleijado e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos. In: SILVA; SANTOS; CARNEIRO (Org.) *RS Negros. Cartografia do Conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.
- CARVALHO, José Murilo de. Dimensiones de la Ciudadanía en el Brasil del Siglo XIX. In: SABATO, Hilda. (Org.). *Ciudadania Política y Formacion de las Naciones*. Prespectivas Políticas de América Latina. México, Fondo de Cultura Economica, 1997.
- CARVALHO, M. J. M. Rumores e Rebeliões: estratégias de resistência escrava no Recife, 1817-1848. *Revista Tempo*. Universidade Federal Fluminense, 1998, v. 3, n. 6, p. 49-72.
- CARVALHO, Marcus J. M. de (1998). *Liberdade. Rotinas e rupturas do escravismo. Recife, 1822-1850*. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- CARVALHO, Marcus Joaquim M. de. O Quilombo de Malunguinho, o Rei das Matas de Pernambuco. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 407/ 432.
- CASTRO, Celso. *Os Militares e a República*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.
- CHERNOVIZ, P. L. N. *Diccionario de medicina popular e das ciencias accessarias para uso das famílias*. 6ª ed., Paris, A. Roger & F. Chernoviz, 1890.
- CORREA, Norton Figueiredo. *Panorama das religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul*. In: ORO, Ari Pedro. *As religiões afro-brasileira do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

COSTA, Miguel Angelo Silva da. *Entre a Flor da Sociedade e a Escória da População: A experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850-1880)*. São Leopoldo, Dissertação (Mestrado) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da. *Sociabilidades sem História: Votantes pobres no Império, 1824 - 1881*. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo, Contexto, 1998.

FRAGOSO, João Luís. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 41-70.

FRANCO, Sérgio da Costa. 2010. *Dicionário Político do RGS – 1821/1937*. Porto Alegre, Suliani Letra & Vida, 2010.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1997.

KLEIN, Herbert S. *A Participação Política no Brasil do Século XIX: os votantes de São Paulo em 1880*. DADOS - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Vol. 38, nº 3, 1995, p. 527 – 544.

LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular - Volumes II*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872.

LEITMAN (1997). *Raízes sócio-econômicas da guerra dos farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *Negros Farrapos: Hipocrisia Racial no sul do Brasil do séc. XIX*. In: *A Revolução Farroupilha: História e Interpretação*. PESAVENTO (e outros). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

MORAES, Evaristo de. *A Campanha Abolicionista - 1879 - 1888*. Rio de Janeiro, Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924.

MOREIRA, P. R. S., AL-ALAM, Caiuá Cardoso. "Já que a desgraça assim queria" um feiteiro foi sacrificado: *Curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais*. (Pelotas / RS – 1879). *Revista Afro-Ásia*. Universidade Federal da Bahia, v.47, p.119 - 159, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Entre o deboche e a rapina: Os cenários sociais da criminalidade popular* (Porto Alegre - século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

MÜLLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

NABUCO, Carolina. *A Vida de Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional, 1928.

NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira; São Paulo; Cia. Editora Nacional, 1934.

_____. *O Abolicionismo*. 5ª edição, Petrópolis, Vozes, 1988.

_____. *Um Estadista do Império*. 5ª Edição, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A Ressaca da Marujada. Recrutamento e Disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira. *Sobre Águas Revoltas: cultura política maruja na cidade portuária de Rio Grande/RS (1835-1864)*. Porto Alegre, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite. Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo. 1890-1930*. (1ª.ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, José Iran. *Quando o serviço os chamava: Milicianos e Guardas-Nacionais no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: ED. da UFSM, 2005.

RIBEIRO, José Iran. "De tão longe para sustentar a honra nacional": Estado e Nação nas trajetórias dos militares do Exército Imperial brasileiro na Guerra dos Farrapos. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de Busca da Liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX*. São Leopoldo, Dissertação (Mestrado), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

SILVA, Luiz Geraldo. 2001. *A Faina, a Festa e o Rito. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs XVII ao XIX)*. Campinas: Papirus.

SPALDING, Walter. *Pequena História de Porto Alegre*. Porto Alegre: Sulina, 1967.

VARGAS, Jonas Moreira. *Pelas Margens do Atlântico: Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

VERGOLINO, J. R. O e VERSIANI, F. R. *Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e sertão de Pernambuco (1777-1887)*. Revista Estudos Econômicos, Universidade de São Paulo, 2003, v. 33, n. 2, p. 353-393.

Submissão: 13/09/2014

Aceite: 17/10/2014